



A previsão é de arrecadação de R\$ 7,5 bilhões em royalties de petróleo e participações especiais. Do total, R\$ 6 bilhões vão para o fundo

Rombo do Rioprevidência vai agravar contas do estado

Fundo precisa de R\$ 17 bilhões para pagar os 250 mil aposentados e pensionistas do estado. Tesouro estadual é obrigado, por lei, a cobrir o déficit

...Continuação

O Rioprevidência precisa para este ano cerca de R\$ 17 bilhões para pagar os 250 mil aposentados e pensionistas. Em 2015, entretanto, não conseguiu. Preciso de um aporte de R\$ 1,9 bilhão do tesouro estadual para cobrir os benefícios. Por lei, o estado é obrigado a arcar com o rombo das combalidas contas do fundo.

Para o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa (PS-DB), presidente da Comissão de Tributação da Alerj, possível repasse para o fundo em 2016 vai prejudicar ainda mais as contas do estado. “Precisamos lembrar que o fundo vai deixar de receber os depósitos judiciais, que foram de R\$ 6,7 bilhões no ano passado. Ou seja, a estimativa só piora”, defendeu o deputado.

Na avaliação do presidente do Rioprevidência, Gustavo Barbosa, é importante lembrar que os royalties auxiliam de forma relevante o caixa do fundo. “Porém, eles não são a principal questão a ser tratada. Devemos pensar nas despesas previdenciárias como um todo, principalmente em função das regras atuais da Previdência no país”, questionou.

PETRÓLEO EM QUEDA

Além disso, a conjuntura econômica mundial também não garante boas notícias. O valor do barril do petróleo teve o pior resultado desde 2008, chegan-

DESPESAS DO ESTADO EM 2016	
ÓRGÃO	TOTAL
LEGISLATIVO (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas)	R\$ 1,81 bilhão
JUDICIÁRIO (Tribunal de Justiça)	R\$ 3,1 bilhões
MP E AUTÔNOMOS (Ministério Público e Defensoria Pública)	R\$ 2 bilhões
EXECUTIVO (25 secretarias, Vice-Governadoria, Procuradoria Geral e encargos gerais)	R\$ 70,29 bilhões
TOTAL	R\$ 79 bilhões

Fonte: Secretaria de Planejamento

do a US\$ 32,18 na última sexta-feira. As principais causas para esse resultado são o aumento da produção, em especial nas áreas de xisto dos EUA, e uma demanda menor que a esperada na Europa e na Ásia.

Em novembro do ano passado, a queda se acentuou, diante do excesso de oferta e da recusa da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em reduzir seu teto de produção, independentemente do preço no mercado internacional. A Opep culpa a grande produção de óleo de xisto pelas baixas cotações da commodity.

O valor atribuído ao petróleo faz toda a diferença

na conta de royalties e participações especiais. A base de cálculo para as contribuições é resultado de uma fórmula que inclui a diferença entre o preço do barril do tipo Brent, referência internacional, e o valor mínimo do óleo nacional (mais pesado e barato), além da taxa média de câmbio.

Com isso, de acordo com a Secretaria de Fazenda, o setor de petróleo provocou baixa de R\$ 11 bilhões nos caixas em 2015. Luiz Paulo prevê, ainda, que as perdas de receita com a queda do preço do barril sejam de R\$ 9 bilhões em 2016.

A secretaria informou, em nota, que “o estado vinha se

planejando a partir de um crescimento consistente da receita que, com a repentina e intensa desaceleração da economia e a queda nos preços do petróleo a partir do segundo semestre de 2014, reverteu drasticamente o sinal”.

Principal fonte de receita do estado, a queda da arrecadação de ICMS devido à inadimplência de várias empresas acentuou a crise de caixa do Rio, o que contribuiu para os atrasos de pagamento dos servidores e terceirizados. No total, a arrecadação de ICMS foi de R\$ 32 bilhões em 2015, o que representa uma queda de 10% em relação a 2014. Para 2016, a estimativa é de R\$ 42 bilhões entrarem nos cofres públicos.

DEPENDÊNCIA

Para o professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas Aloísio Ferreira, há forte dependência do estado em relação aos royalties, que, segundo ele, deveria estar em discussão. “A estrutura produtiva de petróleo é pouco desenvolvida. A extração vai continuar a crescer, mas no pré-sal, que quase não tem royalties. O preço do petróleo a curto e médio prazos não voltará a mais a US\$ 100 o barril”, disse.

Para ele, pior ainda é atrelar os royalties ao pagamento de pensionistas e aposentados. “É muito arriscado apostar em uma receita corrente. Agora é momento de enxugar gastos, para compensar perdas deste ano”, concluiu.



MAX LEONE
APOSENTADO

e-mail: economia@odia.com.br

PREVIDÊNCIA SOCIAL

REFORMA VAI APERFEIÇOAR FÓRMULA 85/95



FABIO RODRIGUES-POZEBOM/ABR

■ Além de discutir a criação de idade mínima para aposentadorias, o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto (foto), admitiu que o governo também analisa o aperfeiçoamento do modelo que combine tempo de trabalho com idade do segurado para conceder o benefício. E que a Fórmula 85/95 Progressiva pode servir de base para as discussões de uma reforma da Previdência no país.

O mecanismo aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional soma o tempo de contribuição à idade e garante aposentadoria integral a mulheres que atingem 85 pontos e aos homens que chegam a 95 pontos.

“Além da proposta de idade mínima, existe a que combina tempo de trabalho com idade. Esta é uma experiência importante que o Congresso aprovou, que é Fórmula

Nova fórmula aumentou em quatro anos a idade média de quem pede a aposentadoria

85/95. Mas partimos do princípio que todas as propostas em discussão vão assegurar a sustentabilidade do sistema e os direitos dos trabalhadores. Em qualquer hipótese haverá um amplo debate com a sociedade para que essas mudanças representem consensos positivos para a preservação da Previdência Social em nosso país”, disse o ministro, referindo-se às discussões que serão travadas no Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e Previdência. O aspecto positivo da

IDADE MÉDIA

60 ANOS

No caso dos homens, a idade média de concessão subiu de 56 anos para 60 anos.

56 ANOS

As mulheres se aposentavam aos 52 anos e agora elas obtêm o benefício aos 56 anos.

Fórmula 85/95 é que ela já cumpre o papel de elevar a idade média para que trabalhadoras e trabalhadores possam pedir aposentadoria por tempo de contribuição ao INSS.

Segundo levantamento do INSS, desde que passou a vigorar em julho o novo mecanismo aumentou em pelo menos quatro anos a idade média de quem pede a aposentadoria em relação às regras que levam em conta o cálculo do fator previdenciário.

No caso dos homens, a idade média de concessão subiu de 56 anos, quando o fator é usado para calcular as aposentadorias, para 60 anos, com a Fórmula 85/95. Já para as mulheres, a relação passou a ser a seguinte: com o fator a trabalhadora se aposentava aos 52 anos de idade e agora elas obtêm o benefício aos 56 anos ao somar os 85 pontos.

Conforme o INSS, entre julho e dezembro de 2015, 46% dos benefícios concedidos no período, de um total de 89.210, já consideram a Fórmula 85/95. A maioria das aposentadorias foi liberada pelo INSS ainda levando em conta o fator previdenciário, mecanismo que chega a reduzir o valor do benefício entre 30% a 40% por considerar a expectativa de vida da população brasileira.

PROGRESSIVIDADE

ATÉ 2026

■ Pela nova fórmula, até 30 de dezembro de 2018, para se aposentar sem incidência do fator, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 31 de dezembro, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86 (mulher), e 96 (homem). A lei limita esse escalonamento a 2026, quando para as mulheres deverão ter 90 pontos e para os homens, 100.

MUDANÇAS

QUE IMPACTAM

■ “A Previdência tem que se adequar às mudanças da sociedade. E passamos 2015 debatendo essas mudanças. Vamos dar continuidade de aos aperfeiçoamentos para que tenhamos uma Previdência Social justa para todos. Os brasileiros hoje vivem mais o que é muito positivo. As famílias têm melhores condições de planejamento e isso impacta na contas”, afirmou Rossetto.

ORÇAMENTO DE 2016

Previdência Social e Secretaria de Segurança são os maiores gastos

■ Segundo a Secretaria de Planejamento, a receita bruta do estado prevista no orçamento para 2016 é de R\$ 99,8 bilhões. Com as deduções de R\$ 11,8 bilhões referentes à Transferência aos Municípios, R\$ 6,7 bilhões relativos às deduções do Fundeb e R\$ 1,4 bilhão das compensações financeiras do Rioprevidência.

■ Entre as secretarias que terão os maiores gastos em 2016 estão: Previdência Social

(R\$ 17,8 bilhões); Segurança (R\$ 11,6 bilhões); Educação (R\$ 8 bilhões); Saúde (R\$ 6,8 bilhões); e Transporte (R\$ 3,8 bilhões).

■ Os investimentos no valor de R\$ 7,6 bilhões serão feitos com recursos do Tesouro Estadual; da parceria com o governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e da contratação de financiamentos e empréstimos com organismos in-

ternacionais e instituições financeiras federais. Os principais investimentos são: implantação de novas linhas metroviárias (R\$ 958,7 milhões), urbanização de comunidades (R\$ 945,0 milhões), melhoria no sistema de transporte ferroviário – PET II (R\$ 463,2 milhões) e saneamento ambiental dos municípios no entorno da Baía de Guanabara (R\$ 383,5 milhões).

■ Quanto aos grandes cus-

teios, o destaque será o Programa Bilhete Único, para o qual o estado destinará cerca de R\$ 560 milhões em 2016.

■ Na despesa com pessoal, haverá aumento de 21,6% em relação a 2015, com estimativa de R\$ 44,7 bilhões, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas. Este aumento será decorrente de melhorias salariais para diversas categorias, já previstas em leis aprovadas em 2014.